



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

CNPJ/MF nº 04.689.936/0001-22

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2018.

1) A COMPANHIA

A ETIM é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 210
Tensão em kV: 500
Subestações: 2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 83.225.218 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e de R\$ 81.061.791 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2018 e 2017 são:

	2018	2017
• Liquidez geral	13,91	8,79
• Liquidez corrente	8,32	4,22
• Relação patrimônio líquido/ativo	83,01%	75,67%
• Relação passivo não circulante/ativo	2,67%	2,20%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	11,80%	17,12%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	18,45%	19,11%
Ativos totais - R\$	253.089.069	278.473.681
Lucro líquido(prejuízo) do exercício - R\$	24.795.719	36.079.586

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regiões da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Ativo			Passivo		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.282.692	Fornecedores - terceiros	23	393.268
Concessionárias e permissionárias	7	8.181.339	Fornecedores - partes relacionadas	9	264.298
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.305.007	Empréstimos	10	19.200.133
Estoques		969.395	Impostos e contribuições sociais	11	5.280.874
Adiantamento a fornecedores		461.417	Taxas regulamentares	12	247.959
Impostos a recuperar		901.644	Outros passivos circulantes	12	1.215.089
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	—		11.444.297	25.866.490
Ativo de concessão (contratual)	8.2	50.094.387	Não circulante		
Outros ativos circulantes		1.085.126	Provisão para contingências	13	647.740
		95.281.007	Impostos diferidos	14	1.125.239
			Outros passivos não circulantes	15	4.105.443
Ativo não circulante				6.750.507	5.814.915
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	—	Patrimônio líquido	16	
Ativo de concessão (contratual)	8.2	119.253.659	Capital social		88.108.634
Impostos diferidos	14	37.647.847	Reserva especial de ágio		46.369.045
Imobilizado		856.708	Retenção de lucros		85.162.357
Intangível		49.848	Reserva especial de lucros a realizar		3.554.229
		157.808.062	Reserva legal		11.700.000
		253.089.069		234.894.265	246.792.276
Total do ativo		253.089.069	Total do passivo e do patrimônio líquido		253.089.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de lucros		Lucro acumulado	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.500.000	—	11.700.000	—	94.062.610	—
Aumento de capital	29.608.634	—	—	—	—	29.608.634
Constituição de reserva especial de ágio	—	46.369.045	—	—	—	46.369.045
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	36.079.586	36.079.586
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	—	36.551.987	(36.551.987)	—
Dividendos intermediários	—	—	—	(30.000.000)	—	(30.000.000)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(369.211)	(369.211)
Outros	—	—	—	—	841.612	841.612
Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.108.634	46.369.045	11.700.000	—	100.614.597	246.792.276
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	—	—	—	—	3.554.229	3.554.229
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, adoção CPC 47	—	—	—	3.554.229	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	24.795.719	24.795.719
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	—	24.547.760	(24.547.760)	—
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	—	—	—	—	(40.000.000)	(40.000.000)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(247.959)	(247.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	88.108.634	46.369.045	11.700.000	3.554.229	85.162.357	234.894.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia" ou "ETIM"), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T. 1.1. **Da concessão:** Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002. No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato de Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo. 1.2. **Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 26.250.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 81.061.791 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 83.225.218 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2019. 2.1. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. **Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.3. **Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. **Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. 3.3. **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. 3.4. **Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento das obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	43.788.125	51.346.674
Custo da operação	18	(2.297.753)	(4.583.011)
Lucro bruto		41.490.372	46.763.663
Despesas gerais e administrativas	19	(2.648.834)	(5.335.763)
Outras (despesas) operacionais líquidas		(75.724)	(1.170.732)
Lucro antes do resultado financeiro		38.765.814	40.257.168
Resultado financeiro	20	(2.810.444)	(8.417.027)
Receita financeira		3.459.231	6.536.293
Despesa financeira		(6.269.675)	(14.953.320)
Resultado antes dos impostos		35.955.370	31.840.141
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.159.651)	4.239.445
Lucro líquido do exercício		24.795.719	36.079.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)	2018	2017
Lucro líquido do exercício	24.795.719	36.079.586
Outros resultados abrangentes	—	—
Total de resultados abrangentes	24.795.719	36.079.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	35.955.370	31.840.141
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	4.305.311	1.829.699
Depreciação e amortização	170.052	170.890
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.380	15.463
Provisão para contingências	(204.936)	75.709
Outras provisões	268.444	330.310
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	359.378	57.209
Contas a receber - partes relacionadas	(306.326)	(956.308)
Ativo de concessão (financeiro)	—	19.281.381
Ativo de concessão (contratual)	29.954.453	—
Estoques	(166.141)	(250.599)
Impostos a recuperar	3.588.491	(4.094.458)
Adiantamentos a fornecedores	(137.394)	504.289
Outros ativos	(434.971)	938.365
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	107.779	289.279
Tributos e contribuições sociais	(3.438.280)	12.230.177
Impostos pagos	(86.532)	(7.932.317)
Juros pagos	(583.739)	(1.343.905)
Taxas regulamentares	282.800	(758.564)
Outros passivos	338.153	72.643
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	69.991.292	52.299.404
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(28.519)	5.679
Caixa líquido da incorporação	—	6.258.266
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(28.519)	6.263.945
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(22.921.705)	(19.109.634)
Dividendos pagos	(40.369.212)	(540.750)
Dividendos intermediários pagos	—	(30.000.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(63.290.917)	(49.650.384)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.671.856	8.912.965
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.610.836	16.697.871
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.282.692	25.610.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

CNPJ/MF nº 04.689.936/0001-22

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria a que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes: Em 2017 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social era o lucro presumido. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Em 2018 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real. A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra

geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 195.635.319 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 169.348.046. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ 3.554.229 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	
Lucros acumulados	
Ativo contratual	(i) 3.667.179
Impostos diferidos relacionados	(112.950)
Impacto em 1º de janeiro de 2018	3.554.229

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018	Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)				(Conforme apresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	47.495.621	(i)	(47.495.621)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	50.094.387	50.094.387
Demais ativos circulantes não impactados	45.186.620		-	45.186.620
92.682.241	2.598.766		95.281.007	
Ativo não circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	113.304.842	(ii)	(113.304.842)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	119.253.659	119.253.659
Demais ativos não circulantes não impactados	38.554.403		-	38.554.403
151.859.245	5.948.817		157.808.062	
244.541.486	8.547.583		253.089.069	
2018	Ref.	2018	2018	
(Valores sem a adoção do CPC 47)				(Conforme apresentado)

Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	215.746	(iv)	32.210	247.956
Total do passivo circulante	11.196.341		-	11.196.341
11.412.087	32.210		11.444.297	
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	225.037	(ii)	1.772.287	1.997.324
Demais passivos não circulantes não impactados	4.753.183		-	4.753.183
4.978.220	1.772.287		6.750.507	
Patrimônio líquido				
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	146.177.679		-	146.177.679
Retenção de lucros	81.973.500	(iii)	3.188.857	85.162.357
Reserva especial de lucros a realizar	-	(iii)	3.554.229	3.554.229
228.151.179	6.743.086		234.894.265	
Total do passivo e do patrimônio líquido	244.541.486	Ref.	8.547.583	253.089.069
2018	2018		2018	
(Valores sem a adoção do CPC 47)				(Conforme apresentado)

Receita operacional líquida	38.907.720	(i)	4.880.405	43.788.125
Outros	(7.832.755)		-	(7.832.755)
Imposto de renda e contribuição social	(9.500.314)	(ii)	(1.659.337)	(11.159.651)
Lucro líquido do exercício	21.574.651		3.221.068	24.795.719

(i) Implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido; (iv) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

4.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou, sem efeito relevante, a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2). Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuídos do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a

entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira a empresa não é aplicável à Companhia. Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	500	-
Bancos	7.502.675	320.101
Aplicações financeiras	24.779.517	25.290.735
32.282.692	25.610.836	

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2018	2017
A vencer	7.378.887	7.285.391
Vencidas até 30 dias	60.849	35.918
Vencidas até 60 dias	1.591	1.573
Vencidas até 90 dias	10.453	2.521
Vencidas há mais de 90 dias	796.724	1.321.238
	8.248.504	8.646.641
	(67.165)	(86.545)
8.181.339	8.560.096	

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(86.545)	(71.082)
Reversão	19.380	-
Complemento de provisão	-	(15.463)
Saldo em 31 de dezembro	(67.165)	(86.545)

8. ATIVO DE CONCESSÃO

8.1. Ativo de concessão (financeiro):

	2018	2017
Circulante	-	67.331.290
Não circulante	-	128.304.029
-	-	195.635.319

Saldo em 31 de janeiro de 2017
Adoção inicial CPC 47
(transferência para ativo contratual) (i)
Saldo em 01 de janeiro de 2018
(195.635.319)

(i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 8.2.

8.2. Ativo de concessão (contratual): Segue composição do ativo de concessão contratual: A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	195.635.319
Adoção inicial CPC 47 (Impacto nos impostos diferidos relacionados)	112.950
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	3.554.229
Saldo em 01 de janeiro de 2018	199.302.498
Realização e remuneração do ativo contratual	(29.954.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	169.348.046
Circulante	50.094.387
Não Circulante	119.253.659

Conforme mencionado na nota explicativa 3.4, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 3.667.179 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garantias	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2014	09/2018	N/A	Libor + 2,55% a.a.	- 19.200.133	- 19.200.133
					- 19.200.133	- 19.200.133
Circulante					-	-
Não circulante					-	-
					-	-
-					- 19.200.133	- 19.200.133

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia tomou junto a SGID um empréstimo ao custo de Libor + 2,55% a.a. no montante de USD23.191.304, correspondente a R\$61.804.825, com pagamentos de principal e juros em 8 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2018. No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Em 21 de setembro de 2018, a empresa pagou a última parcela de amortização do empréstimo com a SGID. Neste empréstimo não havia cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	3.626.459	372.471
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.124.081	224.317
Programa de Integração Social (PIS)	39.332	36.104
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	183.611	166.633
Outros	307.391	310.891
5.280.874	1.110.416	

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2018	2017
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	761.402	766.049
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (ii)	2.797.281	2.510.660
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	145.971	145.145
3.704.654	3.421.854	

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativos as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 173.774,40. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 24.622,63. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

CNPJ/MF nº 04.689.936/0001-22

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2018	2017
Provisão de Férias	640.779	558.792
Provisão de Bônus	737.599	483.061
Tributos retidos	67.014	65.643
Outros	107.852	107.592
	1.553.244	1.215.089

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Fiscal	647.740	852.676
	647.740	852.676

Contingências possíveis (não provisionados): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018	2017
Trabalhista	250.000	-
Fiscal	3.381.087	1.706.501
	3.631.087	1.706.501

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	2018	2017
Impostos diferidos ativos (i)	37.647.847	40.353.092
Impostos diferidos passivos (ii)	1.997.324	1.125.239

(i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-T, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. **(ii)** Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo ado ativo contratual da Companhia.

15. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	2018	2017
Outras provisões passivas (i)	3.836.999	3.506.690
Atualização monetária	268.444	330.311
	4.105.443	3.837.000

(i) Valor refere-se substancialmente a benefícios concedidos a funcionários expatriados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 88.108.634, dividido em 88.108.634 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2018 e 2017	2017
SGBH	99,99%	-
International Grid Holding Limited	0,01%	-
	100%	

b) **Reserva especial de ágio:** A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2017. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. No ano de 2018 e 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	24.795.719	36.079.586
Outros	-	841.612
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos	24.795.719	36.921.198
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	247.959	369.211

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 40.000.000. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta	49.840.900	57.028.242
Receita de operação e manutenção	4.803.159	10.301.213
Remuneração do ativo de concessão	45.037.741	46.727.031
Deduções da receita operacional	(6.052.775)	(5.681.569)
PIS corrente	(518.846)	(496.013)
COFINS corrente	(2.394.674)	(2.289.289)
RGR	(2.113.178)	(1.907.741)
P&D	(737.426)	(700.209)
TFSEE	(288.651)	(288.317)
	43.788.125	51.346.674

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Pessoal	24.397	(1.889.835)
Material	(155.023)	(267.374)
Serviços de terceiros	(581.868)	(563.888)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1.170)
Seguros	(42.456)	(40.503)
Tributos	(63.404)	(50.467)
Custo de operação e manutenção	(143.428)	(382.438)
Gastos diversos (i)	(1.335.971)	(1.387.336)
	(2.297.753)	(4.583.011)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e energia elétrica.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(1.705.610)	(4.111.738)
Material	(20.869)	(7.441)
Serviços de terceiros	(448.098)	(360.347)
Arrendamentos e aluguéis	(303.126)	(439.501)
Doações	(252.028)	-
Provisão	263.400	(122.485)
Tributos	(4.290)	(6.064)
Depreciação e amortização	(29.971)	(31.075)
Outras	(148.242)	(257.112)
	(2.648.834)	(5.335.763)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receita financeira	3.459.231	6.536.293
Receitas de aplicações financeiras	1.799.948	1.788.285
Tributos sobre receitas financeiras	(101.195)	-
Variações cambiais ativas	1.384.208	3.599.832
Outras receitas financeiras	376.270	376.270
Despesa financeira	(6.269.675)	(14.953.320)
Variações cambiais passivas	(5.187.836)	(4.148.927)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(532.761)	(1.280.304)
Multa e juros (i)	(14.754)	(9.262.642)
Outras despesas financeiras	(534.324)	(261.447)
	(2.810.444)	(8.417.027)

(i) Valor de 2017 refere-se substancialmente a multa e juros decorrentes da adoção do programa de remuneração tributária.

21. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2018	(lucro real)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	35.955.370	35.955.370
Alíquota nominal	(12.200.826)	(12.200.826)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	2.270.635	2.270.635
Varição cambial	1.276.305	1.276.305
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	275.676	275.676
Outros	(2.781.441)	(2.781.441)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(11.159.651)	(11.159.651)
IR e CS correntes	(7.695.271)	(7.695.271)
IR e CS diferidos	(3.464.380)	(3.464.380)
	(11.159.651)	(11.159.651)
	2017 (lucro presumido)	2017 (lucro real)
	57.089.274	57.089.274
	4.567.142	4.567.142
	3.621.171	3.621.171
	8.188.313	8.188.313
	2.023.078	2.023.078
	(5.151.671)	(5.151.671)
	2.742.965	2.742.965
	385.628	385.628
	3.128.593	3.128.593
	2017	2017
	57.089.274	57.089.274
	6.850.713	6.850.713
	3.621.171	3.621.171
	10.471.884	10.471.884
	942.470	942.470
	(2.053.322)	(2.053.322)
	902.613	902.613
	208.239	208.239
	1.110.852	1.110.852
	4.239.445	4.239.445

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Alíquota nominal

Ajustes para obtenção da alíquota efetiva

Adições e exclusões não dedutíveis

Varição cambial

Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)

Outros

Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva

IR e CS correntes

IR e CS diferidos

Receita bruta

Base de cálculo (8%)

Outras receitas

Base de cálculo

IR devido

Outros

IR devido

(+) IR diferido

Total de IRPJ

Receita bruta

Base de cálculo (12%)

Outras receitas

Base de cálculo

CS Devida

Outros

CS devida

(+) CS diferida

Total de CSLL

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.282.692	25.610.836

Ativos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.305.007	998.681
Concessionárias e permissionárias	7	8.181.339	8.560.096
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	195.635.319

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	2018	2017
Empréstimos - partes relacionadas	9	-	19.200.133
Fornecedores terceiros		393.268	226.340
Fornecedores partes relacionadas	23	264.298	323.447

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria

do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Ativo

	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	1.305.007	998.681
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	1.262.634	956.309
Outros	42.373	42.372

23.2. Passivo

	2018	2017
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	264.298	19.523.580
Aluguel (ii)	6.229	5.720
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	258.069	317.727
Empréstimos (nota explicativa 9)	-	19.200.133

23.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	2.370.467	388.542
Despesa aluguel (ii)	(70.675)	(69.616)
Despesa com juros de empréstimos (nota explicativa 20)	(532.761)	(1.280.304)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	2.973.903	1.738.462

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2018	2017
Responsabilidade civil	Risco civil	562.650	597.026
Seguro patrimonial	Risco operacional	35.892.116	35.892.116
Veículos	Carros	397.845	397.845
		36.852.611	36.886.987